

Orçamento do Estado 2014

Programa Orçamental Segurança Interna

08 de novembro de 2013



A. Visão global

- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação

Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna



A segurança é uma função essencial do Estado

A existência de um nível elevado de segurança de pessoas e bens é indispensável, ainda que não seja suficiente, para o bom funcionamento da sociedade e, consequentemente, da economia.

O nível de eficácia das Forças e Serviços de Segurança é elevado

Os níveis de eficácia das forças e dos serviços de segurança são muito elevados, havendo margem para ganhos significativos apenas em campos específicos.

Os dirigentes têm um papel essencial na procura de ganhos de eficiência

A eficiência com que as atividades são desenvolvidas ainda não atingiu o patamar desejável.

O desafio na área da Administração Interna O atual contexto de fortes restrições orçamentais forçará os serviços do MAI a aprofundarem a sua reflexão sobre as suas atividades, processos, recursos e indicadores.

O aumento da eficiência, mantendo a eficácia, é pois o desafio que se tem colocado e que se continuará a colocar ao Governo na área da Administração Interna.

A. Visão global

- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

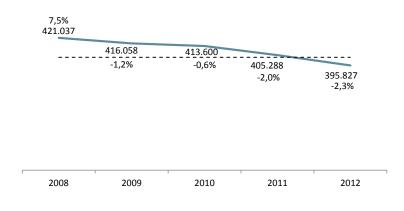
B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação



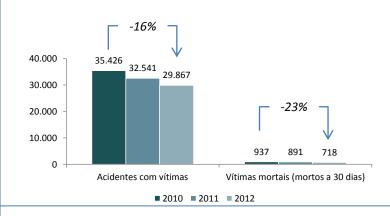
Criminalidade participada

Número de crimes e variação face ao ano anterior



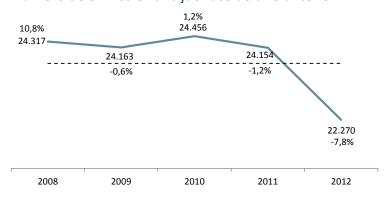
Sinistralidade rodoviária

Acidentes com vítimas e vítimas mortais a trinta dias



Criminalidade violenta e grave

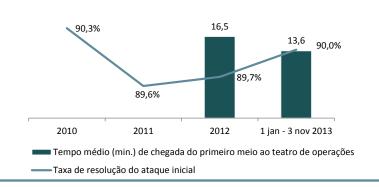
Número de crimes e variação face ao ano anterior



Fonte: RASI 2012, Relatório Anual de Vítimas a 30 dias (ANSR), ANPC

Proteção e socorro

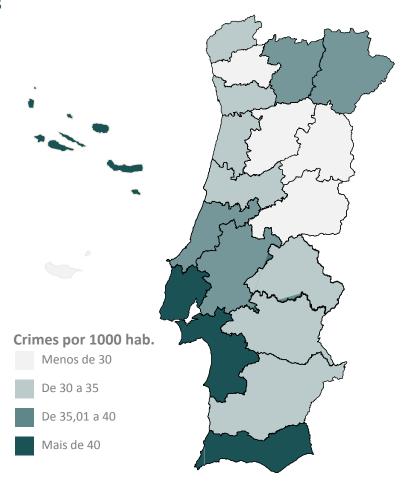
Eficácia do ataque inicial





Distribuição geográfica das participações criminais

	2011	2042	., . ~
	2011	2012	Variação
Aveiro	24.156	23.169	-4,1%
Beja	4.240	4.670	10,1%
Braga	25.794	24.073	-6,7%
Bragança	5.084	5.163	1,6%
Castelo Branco	5.554	5.677	2,2%
Coimbra	14.663	14.341	-2,2%
Évora	4.715	5.016	6,4%
Faro	26.576	25.412	-4,4%
Guarda	4.254	4.304	1,2%
Leiria	17.509	16.667	-4,8%
Lisboa	105.980	101.844	-3,9%
Portalegre	3.540	3.610	2,0%
Porto	64.632	63.333	-2,0%
Santarém	16.245	16.703	2,8%
Setúbal	36.469	35.988	-1,3%
Viana do Castelo	8.922	8.183	-8,3%
Vila Real	7.105	7.352	3,5%
Viseu	9.892	10.234	3,5%
RA Açores	10.234	10.371	1,3%
RA Madeira	7.389	7.005	-5,2%
S/ Referência	2.335	2.712	16,1%
Total	405.288	395.827	-2,3%



Fonte: RASI 2012



Comparações internacionais

Criminalidade registada e n.º de elementos nas Forças de Segurança, 2010



Fonte: Eurostat

Dados de França relativos a 2009. Dados da Irlanda relativos a 2006.

No domínio da segurança, Portugal apresenta um desempenho excecional em termos internacionais, tendo os resultados melhorado substancialmente nos últimos anos.

Grandes Opções do Plano para 2014

A. Visão global

- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação

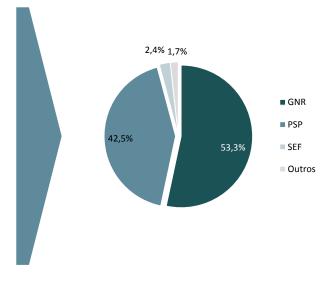


Repartição do pessoal do MAI

	Pessoal (junho de 2013)	% do total
Guarda Nacional Republicana (GNR)	29.636	53,34%
Polícia de Segurança Pública (PSP)	23.617	42,51%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1.340	2,41%
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	230	0,41%
Secretaria-Geral do MAI (SGMAI)	138	0,25%
Serviços Sociais GNR (SSGNR)	126	0,23%
Direção-Geral da Administração Interna (DGAI)	92	0,17%
Direção-Geral de Infra-estruturas e equipamentos (DGIE)	80	0,14%
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	75	0,13%
Gabinetes ministeriais	59	0,11%
Empresa de Meios Aéreos, S.A. (EMA)	56	0,10%
Serviços Sociais e Cofre de Previdência PSP (SSPSP)	48	0,09%
Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI)	41	0,07%
Sistema de Mobilidade Especial (SME)	21	0,04%
Total do Ministério da Administração Interna	55.559	100,00%

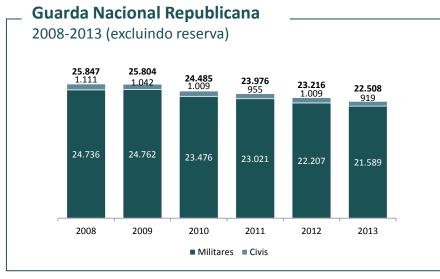
Fonte: Sistema de Informação de Gestão Orçamental

Os dados incluem elementos das Forças de Segurança na reserva/préaposentação, bem como comissões de serviço, dirigentes e outros vínculos.



Recursos humanos – Forças de Segurança





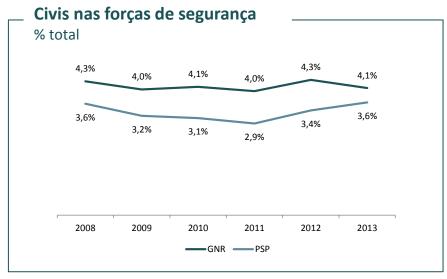


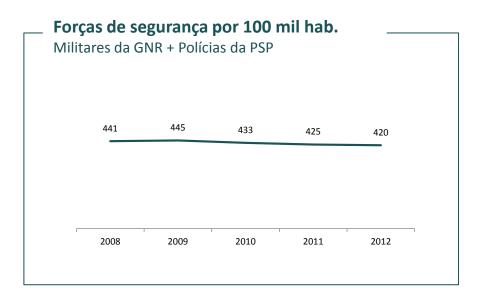
Fonte: GNR, PSP

- Desde 2008, verifica-se uma redução gradual e contínua do número de elementos da GNR, com uma quebra de 13% (de 25.847 para 22.508).
- O número atual de elementos da PSP é 4,5% inferior ao máximo atingindo no período em análise (23.038, em 2009).

Recursos humanos – Forças de Segurança







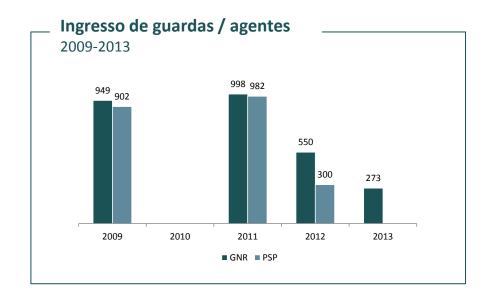
Fonte: GNR, PSP, INE

- O número de civis nas forças de segurança permanece reduzido.
- Desde 2009 tem-se registado uma redução no número de elementos nas Forças de Segurança por 100 mil habitantes, mantendo-se ainda assim como um dos mais elevados da Europa.

Recursos humanos – Forças de Segurança





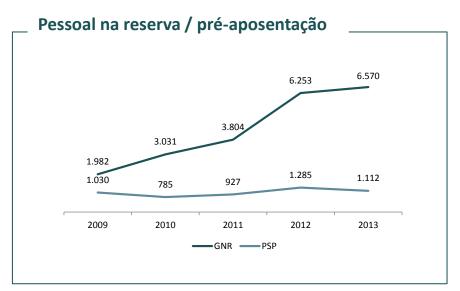


Fonte: GNR, PSP

- O número de ingressos de oficiais tem-se mantido relativamente estável.
- Salienta-se o caráter irregular do ingresso de guardas/agentes, com consequências ao nível da eficiência no funcionamento dos centros de formação da GNR e escolas da PSP.

Recursos humanos – Forças de Segurança





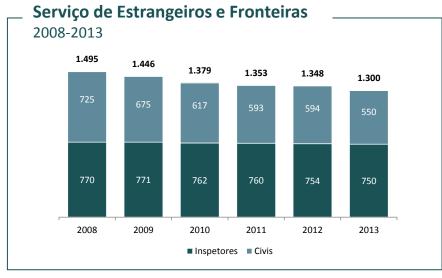


Fonte: GNR, PSP

- O número de elementos da GNR na reserva aumentou imenso nos últimos anos, representando mais de 23% do número total de militares da GNR em 2013.
- A percentagem de elementos da PSP na pré-aposentação tem-se mantido relativamente estável, situando-se em 5% em 2013.

Recursos humanos – Serviços de Segurança



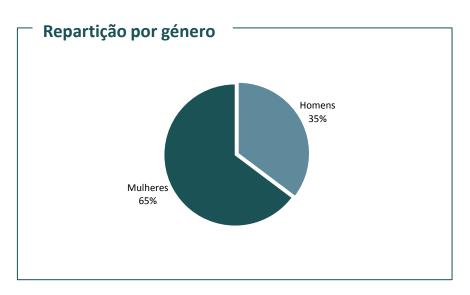


Fonte: SEF

O número de elementos no SEF e particularmente civis tem diminuído consistentemente desde 2008, dado que desde esse ano o número de novas entradas foi praticamente nulo.

Recursos humanos – Serviços centrais de suporte







	М	F	Total	% M	% F
DGAI	32	56	88	36,4%	63,6%
DGIE	34	41	75	45,3%	54,7%
IGAI	18	24	42	42,9%	57,1%
SGMAI	31	90	121	25,6%	74,4%
Total	115	211	326	35,3%	64,7%

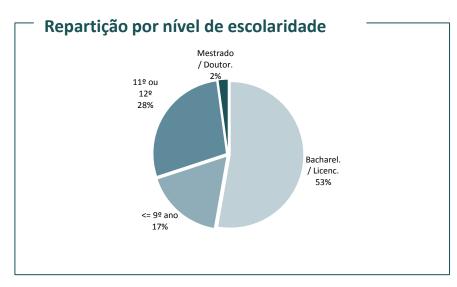
	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Média de idade
DGAI	3,4%	6,8%	11,4%	23,9%	21,6%	13,6%	11,4%	6,8%	1,1%	46,5
DGIE	0,0%	2,7%	8,0%	18,7%	18,7%	12,0%	21,3%	16,0%	2,7%	51,0
IGAI	0,0%	0,0%	7,1%	7,1%	40,5%	21,4%	16,7%	7,1%	0,0%	50,2
SGMAI	0,0%	5,0%	13,2%	15,7%	11,6%	20,7%	21,5%	11,6%	0,8%	49,7
Total	0,9%	4,3%	10,7%	17,5%	19,6%	16,9%	18,1%	10,7%	1,2%	49,2

• Os serviços centrais de suporte do MAI apresentam uma estrutura etária desequilibrada, com 84% dos elementos com idade superior a 40 anos.

Recursos humanos – Serviços centrais de suporte







	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Outros	Total
DGAI	17,0%	45,5%	15,9%	11,4%	10,2%	100,0%
DGIE	20,0%	32,0%	26,7%	9,3%	12,0%	100,0%
IGAI	4,8%	14,3%	31,0%	19,0%	31,0%	100,0%
SGMAI	10,7%	28,9%	47,9%	12,4%	0,0%	100,0%
Total	13,8%	32,2%	32,2%	12,3%	9,5%	100,0%

	4 anos	6 anos	9.º ano	11.º	12.9	Bachar.	Licenc.	Mestr.	Total
			ou eq.	ano	ano ou				
DGAI	6,8%	2,3%	5,7%	2,3%	11,4%	0,0%	69,3%	2,3%	100,0%
DGIE	6,7%	0,0%	12,0%	6,7%	17,3%	0,0%	57,3%	0,0%	100,0%
IGAI	2,4%	4,8%	14,3%	0,0%	35,7%	2,4%	35,7%	4,8%	100,0%
SGMAI	5,0%	2,5%	9,1%	9,9%	28,1%	0,0%	43,0%	2,5%	100,0%
Total	5,5%	2,1%	9,5%	5,8%	22,1%	0,3%	52,5%	2,1%	100,0%

- 44,5% dos trabalhadores dos serviços são assistentes técnicos ou operacionais.
- 55% dos trabalhadores dos serviços têm formação superior.

A. Visão global

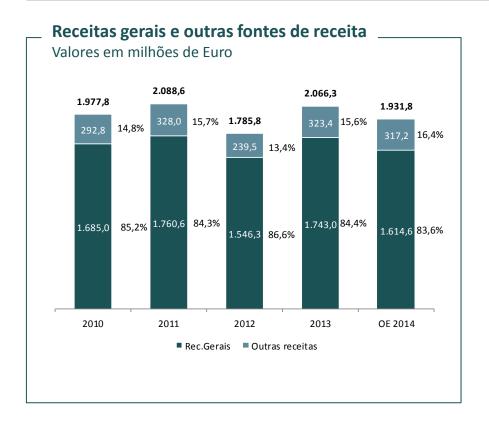
- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

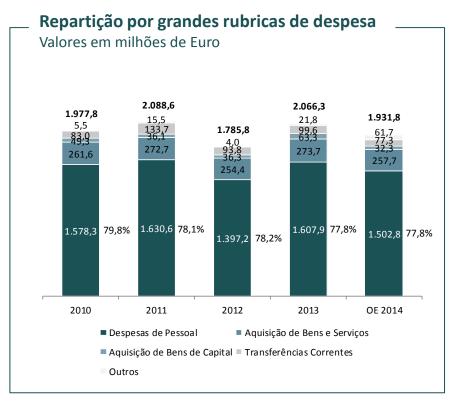
B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação

O orçamento em perspetiva histórica (1/5)





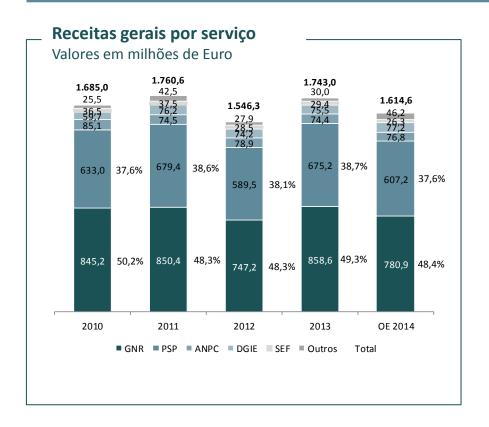


- O peso das receitas próprias e outras receitas do MAI apresenta alguma variabilidade, apresentando um valor médio nos últimos anos de 15%
- As despesas com pessoal têm representado em média 78% do total das despesas do MAI

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010, 2011 e 2012 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2013 correspondem a uma estimativa.

O orçamento em perspetiva histórica (2/5)





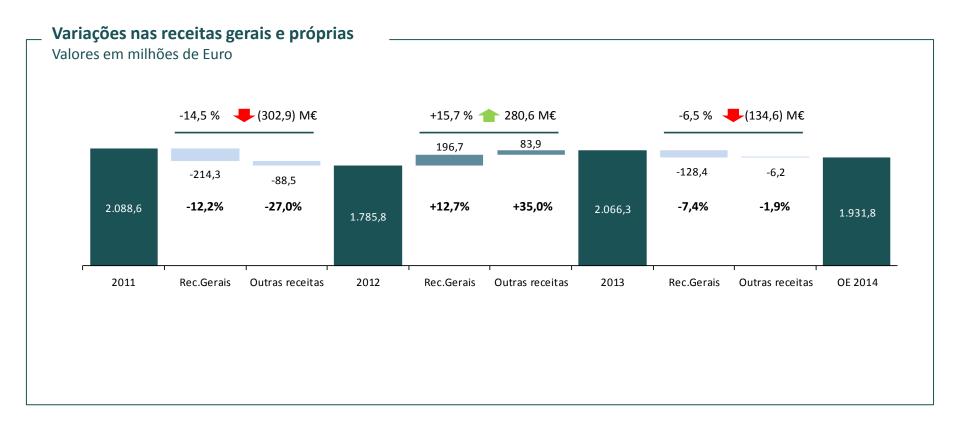


- A nível de receitas gerais, o orçamento da GNR e da PSP representam em média 87% do total do orçamento do MAI
- As receitas próprias apresentam alguma variabilidade, tendo registado um valor médio de 285 M€ entre 2010 e 2013 (estimado)

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010 a 2012 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2013 correspondem a uma estimativa.

O orçamento em perspetiva histórica (3/5)





 As variações do orçamento do MAI no período em análise resultam em grande medida das variações das despesas com pessoal decorrentes das medidas de redução remuneratória e do pagamento dos subsídios de férias e de Natal

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010 a 2012 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2013 correspondem a uma estimativa.





Défice dos subsistemas de saúde da GNR e da PSP, 2012

Valores em milhões de Euro

	Número de beneficiários (#)	Contribuições dos beneficiários (M€)	Despesa total do subsistema (M€)	Défice suportado pelo OE (M€)	Défice por beneficiário (€)
ADSE	1.333.477	214,7	491,4	ا (276,7) ا	(207,5)
SAD-GNR	85.648	11,2	45,2	(34,0)	(397,0)
SAD-PSP	70.783	10,2	44,0	(33,8)	(476,8)

Fonte: GNR, PSP, Relatório de Atividades de 2012 - ADSE

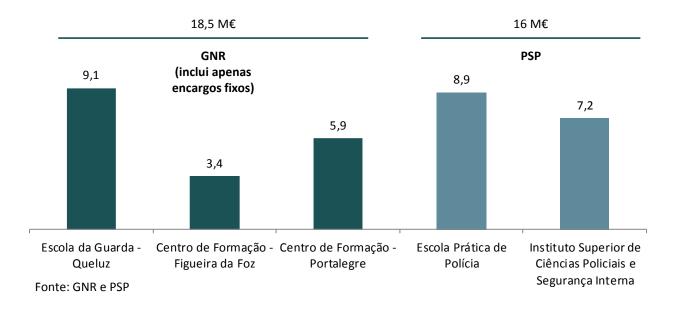
- Os Sistemas de Apoio na Doença da GNR e da PSP são muito deficitários quando comparados com o subsistema ADSE
- Em 2012, aqueles subsistemas representaram uma despesa de 67,8 M€ para o Estado português

O orçamento em perspetiva histórica (5/5)



Valor orçamentado pelas Forças de Segurança para 2013 para os centros de formação

Valores em milhões de Euro, setembro 2013



 Os centros de formação e escolas da GNR e PSP têm um custo muito elevado face ao número de elementos formados, explicado por falta de escala e baixa eficiência por vezes associada a um excesso de capacidade

A. Visão global

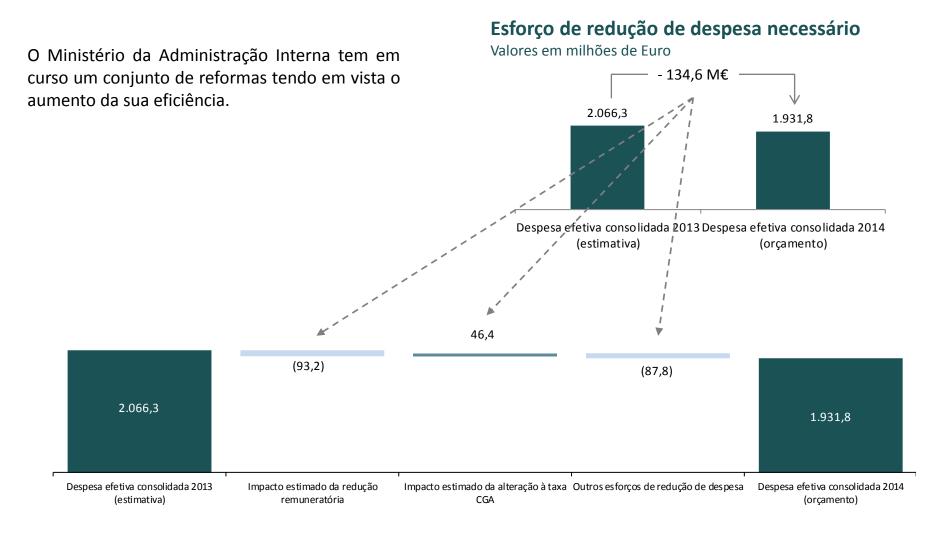
- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação

O desafio de 2014 (1/9)





Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Organismos do MAI.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Unidade: milhões de Euro	2013	2014	Variação	Estru	utura (%)
	Estimativa	Orçamento	variação	2013	2014
A) Estado (Serviços Integrados)	1 979,3	1 852,6	-6,4%	92,0	91,8
1. Atividades (funcionamento)	1 914,5	1 785,8	-6,7%	89,0	88,5
1.1. Com cobertura em receitas gerais	1 684,2	1 554,4	-7,7%	78,3	77,0
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	230,3	231,4	0,5%	10,7	11,5
2. Projetos (investimento)	64,8	66,7	3,0%	3,0	3,3
2.1. Financiamento nacional	60,9	60,1	-1,3%	2,8	3,0
2.2. Financiamento comunitário	3,9	6,6	69,6%	0,2	0,3
B) Serviços e fundos autónomos (SFA excepto EMA)	144,2	145,4	0,8%	6,7	7,2
C) Entidades públicas reclassificadas (EMA)	28,2	19,6	-30,5%	1,3	1,0
D) Despesa efetiva não consolidada [A + B + C]	2 151,7	2 017,5	-6,2%	100,0	100,0
E) Consolidação entre e intra-subsetores	85,3	85,8	0,5%		
1. Transferências para a ANPC	76,3	76,8			
2. Transferências da ANSR	9,0	9,0			
F) Despesa efetiva consolidada [D - E]	2 066,3	1 931,8	-6,5%		
G) Despesa não efetiva	24,7	17,3	-30,2%		
1. Aquisição de ativos financeiros	8,7	9,3	6,3%		
2. Reembolso de passivos financeiros	16,0	8,0	-50,0%		
H) Despesa total consolidada [F + G]	2 091,0	1 949,0	-6,8%		

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado para 2014



Orçamento da GNR

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso	(%)
	Estimativa	OL 2014	variação	2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	15,8	0,2	-99%	1,7	0,0
Aquisição de bens e serviços	59,9	51,2	-15%	6,5	6,1
Aquisição de bens	30,0	26,0	-13%	3,3	3,1
Aquisição de serviços	29,9	25,2	-16%	3,2	3,0
Despesas com o pessoal	839,5	782,8	-7%	91,2	93,6
Abonos variáveis ou eventuais	26,6	17,3	-35%	2,9	2,1
Remunerações certas e permanentes	505,2	453,9	-10%	54,9	54,3
Segurança social	307,6	311,6	1%	33,4	37,3
Outras despesas correntes	0,6	1,4	147%	0,1	0,2
Transferências correntes	5,0	0,4	-91%	0,5	0,1
Total	920,7	836,0	-9%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- ✓ Otimizar a capacidade do dispositivo policial;
- ✓ Reforçar o policiamento de proximidade;
- ✓ Intensificar o controlo das fontes de perigo;
- ✓ Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e vigilância da rede viária;
- ✓ Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;
- ✓ Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação.

- ✓ Revisão da Lei orgânica, dos estatutos e da sua estrutura (civis/militares)
- ✓ Convergência do subsistema de saúde com a ADSE / SNS
- ✓ Racionalização da despesa com os centros de formação, renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- ✓ Renegociação do valor de contratos de fornecimento de bens e de serviços
- ✓ Esforço de monitorização em permanência dos custos de funcionamento e campanhas internas que visem combater o desperdício



Orçamento da PSP

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso	(%)
	Estimativa	OL 2014	variação	2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	9,4	4,1	-57%	1,2	0,6
Aquisição de bens e serviços	54,8	43,4	-21%	7,2	6,2
Aquisição de bens	17,4	16,2	-7%	2,3	2,3
Aquisição de serviços	37,4	27,2	-27%	4,9	3,9
Despesas com o pessoal	695,2	647,7	-7%	90,9	92,8
Abonos variáveis ou eventuais	42,4	35,3	-17%	5,5	5,1
Remunerações certas e permanentes	506,4	451,1	-11%	66,2	64,6
Segurança social	146,4	161,2	10%	19,1	23,1
Juros e outros encargos	0,1	0,0	-61%	0,0	0,0
Outras despesas correntes	0,3	2,2	741%	0,0	0,3
Transferências correntes	4,9	0,6	-88%	0,6	0,1
Total	764,7	698,0	-9%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- ✓ Mitigação gradual do atual paradigma de mão-deobra intensiva com vista a um maior equilíbrio entre fatores de produção trabalho e capital fixo;
- ✓ Prossecução de um macro modelo de segurança just-in-time;
- ✓ Aperfeiçoamento da matriz organizacional e funcional da área de suporte;
- ✓ Melhoria da imagem institucional;
- ✓ Reforço do apoio social e das condições de trabalho do pessoal.

- ✓ Revisão da Lei orgânica, dos estatutos e da sua estrutura (civis/polícias)
- ✓ Convergência do subsistema de saúde com a ADSE / SNS
- ✓ Racionalização da despesa com a EPP e com o ISCPSI, renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- ✓ Renegociação do valor de contratos de fornecimento de bens e de serviços
- ✓ Esforço de monitorização em permanência dos custos de funcionamento e campanhas internas que visem combater o desperdício
- ✓ Alargamento do sistema VOIP da RNSI / SIRESP às outras regiões do país para além de Lisboa



Orçamento do SEF

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso	(%)
	Estimativa	OE 2014	variação	2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	5,3	2,5	-52%	7,0	3,4
Aquisição de bens e serviços	24,8	25,9	4%	33,2	35,1
Aquisição de bens	9,0	14,2	58%	12,0	19,3
Aquisição de serviços	15,8	11,6	-27%	21,1	15,8
Despesas com o pessoal	42,7	41,9	-2%	57,0	56,8
Abonos variáveis ou eventuais	3,3	3,0	-9%	4,4	4,1
Remunerações certas e permanentes	32,1	35,0	9%	42,9	47,4
Segurança social	7,3	3,9	-46%	9,7	5,3
Outras despesas correntes	0,2	1,4	803%	0,2	2,0
Transferências correntes	1,9	2,0	5%	2,6	2,8
Transferências de capital	0,0	0,0	50%	0,0	0,0
Total	74,9	73,8	-2%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- ✓ Reforçar as parcerias internacionais na área da gestão dos fluxos fronteiriços, desenvolvendo-se a luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos;
- ✓ Reforço da cooperação no contexto do ajustamento do Tratado de Schengen e afins.

- ✓ Renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- ✓ Renegociação de contratos
- ✓ Redução dos custos das comunicações



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Orçamento da ANPC

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso	(%)
	Estimativa	OE 2014	Variação	2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	6,0	3,2	-47%	4,7	2,5
Aquisição de bens e serviços	39,5	45,5	15%	30,8	35,4
Aquisição de bens	1,4	1,4	-5%	1,1	1,1
Aquisição de serviços	38,0	44,1	16%	29,7	34,3
Despesas com o pessoal	6,8	7,5	10%	5,3	5,8
Abonos variáveis ou eventuais	0,2	0,1	-35%	0,1	0,1
Remunerações certas e permanentes	5,7	6,0	4%	4,5	4,6
Segurança social	1,0	1,4	51%	0,7	1,1
Outras despesas correntes	0,0	1,2	-	0,0	1,0
Transferências correntes	75,5	70,9	-6%	58,9	55,1
Transferências de capital	0,3	0,3	0%	0,2	0,2
Total	128,1	128,6	0%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- √ Valorização dos recursos tecnológicos, patrimoniais e humanos enquanto prioridades estratégicas;
- ✓ Aumento da utilização do SIRESP para aumento da operatividade dos Corpos de Bombeiros;
- ✓ Desenvolvimento dos sistemas de georreferenciação instalados em veículos operacionais;
- ✓ Consolidação das medidas no âmbito do ataque ampliado;
- ✓ Manter o paradigma do ataque inicial.

- ✓ Renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- ✓ Esforço de monitorização em permanência dos custos de funcionamento e campanhas internas que visem combater o desperdício
- ✓ Redefinição do modelo de utilização de meios aéreos de combate a incêndios, na sequência da extinção da Empresa de Meios Aéreos, S.A.



Orçamento da ANSR

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso (%)	
	Estimativa			2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	4,0	6,1	52%	12,7	21,5
Aquisição de bens e serviços	10,0	8,2	-18%	31,6	28,5
Aquisição de bens	0,2	0,2	25%	0,6	0,8
Aquisição de serviços	9,8	7,9	-19%	31,0	27,7
Despesas com o pessoal	2,3	2,4	2%	7,4	8,3
Abonos variáveis ou eventuais	0,0	0,0	82%	0,1	0,2
Remunerações certas e permanentes	1,9	1,9	-1%	6,0	6,5
Segurança social	0,4	0,5	9%	1,3	1,6
Juros e outros encargos	0,0	0,0	-50%	0,1	0,1
Outras despesas correntes	0,4	1,0	159%	1,3	3,6
Transferências correntes	14,9	10,9	-27%	46,9	38,0
Total	31,7	28,6	-10%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- ✓ Combate à sinistralidade rodoviária, levando a cabo a avaliação do sistema implementado e reforçando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco:
- ✓ Simplificar e racionalizar o processo de contraordenações rodoviárias, procurando-se a redução dos tempos processuais.

- ✓ Redução de custos com arrendamentos
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- √ Racionalização de encargos de economato
- ✓ Redução de encargos com TPA's e cobranças postais (CTT)



Orçamento da IGAI

Unidade: milhões de Euro	2013	OE 2014	Variação	Peso (%)	
	Estimativa	OE 2014		2013 Est.	OE 2014
Aquisição de bens de capital	0,1	0,0	-91%	4,6	0,4
Aquisição de bens e serviços	0,6	0,5	-15%	28,2	24,4
Aquisição de bens	0,0	0,0	5%	2,0	2,1
Aquisição de serviços	0,6	0,5	-16%	26,3	22,3
Despesas com o pessoal	1,4	1,6	12%	65,3	74,0
Abonos variáveis ou eventuais	0,1	0,1	19%	4,1	4,9
Remunerações certas e permanentes	1,1	1,2	9%	49,7	55,1
Segurança social	0,2	0,3	19%	11,6	14,0
Outras despesas correntes	0,0	0,0	-34%	1,8	1,2
Total	2,1	2,1	-1%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Prioridades e objetivos estratégicos

- ✓ Reforçar a qualidade da ação policial;
- ✓ Consolidar procedimentos de controlo da legalidade e da ação policial;
- ✓ Implementação de boas práticas policiais compatíveis com a defesa dos direitos humanos;
- ✓ Ligação das forças e serviços de segurança à sociedade civil;
- ✓ Melhoria de recursos afetos ao funcionamento da IGAI.

- ✓ Redução de custos com arrendamentos
- ✓ Redefinição dos processos de aquisição de bens, serviços e equipamentos, através da melhoria do funcionamento da UMC
- ✓ Medidas internas com o objetivo de reduzir os níveis de consumos internos de funcionamento

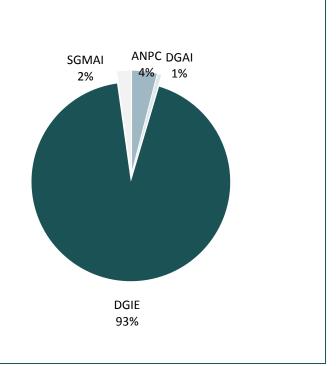
O desafio de 2014 (9/9)



Orçamento de investimento

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Unidade: milhões de Euro	OE 2014	Peso (%) OE 2014
Aquisição de bens de capital	11,3	16,3
Edifícios	6,5	9,4
Equipamento básico	0,5	0,8
Equipamento de informática	1,5	2,2
Material de transporte	0,6	0,9
Outros investimentos	1,6	2,3
Aquisição de bens e serviços	45,9	66,4
Aquisição de bens	0,1	0,2
Aquisição de serviços	45,8	66,2
Outros trabalhos especializados	45,2	65,5
Transferências de capital	11,6	16,8
Outras despesas	0,3	0,4
Total	69,1	100,0



- Atendendo às restrições orçamentais, a política de investimento será muito seletiva, seguindo as prioridades identificadas pelas Forças e Serviços de Segurança e Emergência
- Destacam-se a entrada no período de garantia e de manutenção do projeto SIVICC e a conclusão dos projetos 112.pt e SIIOP

A. Visão global

- 1. Grandes Opções do Plano na área da Administração Interna
- 2. Principais indicadores
- 3. Recursos humanos

B. Orçamento do MAI

- 1. O orçamento em perspetiva histórica
- 2. O desafio de 2014
- 3. Medidas de eficiência em implementação



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Áreas

Objeto e descrição da iniciativa

Período de execução

Avaliação e renegociação do **SIRESP**

- Em preparação uma avaliação do serviço prestado pelo SIRESP -Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, tendo para o efeito sido assinado um protocolo com a ANACOM.
- Em preparação a renegociação do contrato da PPP em vigor, para produzir ganhos em 2014 para o Estado português.

A concluir em 2014

O sistema

- Sistema de comunicações móveis comum às forças de segurança, à emergência médica e à proteção civil;
- É um sistema único, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças e serviços de emergência e segurança;
- Permite a centralização do comando e da coordenação das forças, satisfazendo a intercomunicação, a interoperabilidade, a fiabilidade e a racionalização de meios, recursos e custos.

O contrato

- Parceria Público-Privada (PPP)
- Entidade Gestora: MAI
- Entidade Operadora: SIRESP, SA
- Contrato assinado em 4 de julho de 2006
- Duração do contrato: 15 anos
- Entrada em serviço: 1 janeiro 2010
- Somatório dos pagamentos entre 2007 e 2021 (sem IVA): 489 M€

Os utilizadores

Entidade	Terminais
GNR	10.408
PSP	7.089
ANPC	2.772
CM Lisboa	993
PJ	676
INEM	517
SEF	245
ASAE	182
MAI	104
Outros	1.129
Total	24.115

Medidas de eficiência em implementação (2/5)



Áreas	Objeto e descrição da iniciativa	Período de execução
Leis Orgânicas e estatutos da GNR e da PSP	• Revisão das Leis Orgânicas e dos estatutos da GNR e da PSP;	• A concluir entre o final de 2013 e o início de 2014.
Rede Nacional de Segurança Interna	 Continua o processo de informatização dos postos e esquadras da GNR e da PSP e de ligação integral à Rede Nacional de Segurança Interna; 	• A concluir no primeiro semestre de 2014.
112	• Em execução o plano para o serviço 112, que visa dotá-lo de um sistema de governação adequado e que aperfeiçoe a sua relação com as forças e serviços de segurança e emergência e outros, prevendo-se para o 2º semestre de 2014 a conclusão do projeto 112, que eliminará todas as centrais manuais, ficando o controlo concentrado em dois polos;	• A concluir em 2014

Medidas de eficiência em implementação (3/5)



Áreas Objeto e descrição da iniciativa Período de execução • Em revisão o funcionamento dos serviços de assistência na Serviços de doença da GNR e da PSP, esperando-se uma poupança de RH assistência na • Em estudo. A concluir em 2014. afetos à gestão daqueles serviços, bem como ganhos doença significativos de eficiência em 2014; Meios aéreos de • Será redefinido o modelo de utilização de meios aéreos de combate a combate a incêndios, na sequência da extinção da EMA; incêndios e na • Fm estudo. A concluir em 2014. Trabalhos em curso com a ANPC na revisão das necessidades de área da proteção meios e das formas de os assegurar; civil em geral Reorganização • Em análise propostas de reorganização dos serviços do MAI, que dos serviços do visam uma redução dos cargos dirigentes, bem como a A concluir em 2013. adequação dos recursos humanos às suas atribuições; MAI

Medidas de eficiência em implementação (4/5)



Áreas Objeto e descrição da iniciativa Período de execução • Em análise a ocupação de espaços por parte das entidades do Ocupação de MAI, e o respetivo custo, estando previsto o início ainda em 2013 A concluir entre o final de 2013 e o das relocalizações de alguns serviços, e da renegociação dos espaços início de 2014. espaços ocupados por outros; • Em revisão o plano de manutenção e construção de instalações Manutenção e dos serviços do MAI. Serão introduzidos mecanismos de construção de • Melhoria contínua. acompanhamento que contribuam para a melhoria dos instalações indicadores de conclusão e de qualidade das construções; • Em estudo a reorganização dos centros de formação / escolas Reorganização associadas à GNR e à PSP, que deverá ser implementada ao longo A concluir em 2013. de escolas do ano letivo 2013-2014;

Medidas de eficiência em implementação (5/5)



Áreas Objeto e descrição da iniciativa Período de execução • Será potenciado o uso das novas tecnologias (por exemplo, o Otimização do SIVICC - Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da A concluir em 2013 (SIVICC). Melhoria uso de costa portuguesa, da responsabilidade da GNR) na capacidade contínua. tecnologias operacional das FSS; • Será reforçado o papel da Unidade Ministerial de Compras, no Processo de âmbito da revisão da Lei Orgânica da Secretaria Geral do MAI, aquisição de A concluir em 2013. com vista a obter ganhos nos processos de aquisição de bens e bens e serviços serviços a partir de 2014; Análise e • Em desenvolvimento indicadores de análise e controlo controlo orçamental que permitirão aprofundar a articulação entre as Melhoria contínua. dimensões financeira e operacional. orçamental